

COMUNICAÇÕES

PROJETO MEMÓRIA DA FEIRA LIVRE DE FEIRA DE SANTANA

PRIMEIRA FASE - TEXTO N. 6*

CAMINHOS HISTÓRICOS DA FEIRA DE FEIRA DE SANTANA: ORIGENS E SECULARIDADES

Vicente Deocleciano Moreira

Prof. Adjunto do Dep. de Ciências Humanas e Filosofia

DE SANTANA

música e letra de Jatobá

para *Juraci, Ana e Tiago, Tinho*

Na feira de Feira
defendendo a féria
vendendo de tudo
desvendando o nada
no meio da feira
tinha uma fogueira
do calor humano
que dava risada
no pé da ladeira
tem mulher faceira
comida caseira
por quatorze pratos
e no final da feira
aquela suadeira
e a negrada cheirando
a xixi de vaca
destruíram a feira

* O texto de n.5 acha-se publicado em *Sitientibus*, a.VI, n.9, jan./jun. 1992, p.159-161.

sede de quem mata
 a fauna, flora, força
 dessa gente inata
 que sofre calada
 com uma grande mágoa
 e um nó na garganta
 que nunca desata
 Senhora Santana
 chora sente falta
 da feira que no mundo
 afora ganhou fama
 ai! ai!
 devolva a Feira de Santana
 o povo cala
 e o coração reclama

(cantada pelo feirense Carlos Pita, no LP *Brisa*)

1 FEIRA DO CAPUAME

Francisco Dias d'Ávila I instituiu a primeira feira e o primeiro mercado pecuário da Bahia em 1614, sob a denominação de *Santo Antônio do Capuame*. Situada a nove léguas de Salvador e a 68 metros acima do nível do mar, a *Feira do Capuame* - como era mais conhecida - ocupava parte de uma região de solo fértil cercada por planície de cinco léguas quadradas, pelos rios Imbassaí, Jacuípe e Jacumirim e por extensas pastagens. Essa região era denominada *Capuame*. A freguesia, que tinha Santo Antônio como orago, ficava próximo da Vila de Camaçari e a duas léguas da Feira do Capuame. Nas lutas pela Independência da Bahia, Capuame serviu de arsenal para conserto de armas e (durante alguns dias) de quartel para o general da Legião da Torre, comandado pelos Pires de Carvalho e Albuquerque.

As barracas, a Arrecadação e o Registro da Feira do Capuame (onde, inicialmente, a cabeça de gado custava 40 réis) localizavam-se perto da nascente do Riacho dos Periquitos. Ao Norte, a Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem; aí, os condutores de boiadas e outros contingentes populacionais, vindos das mais distantes regiões do sertão, cumpriam seus deveres religiosos antes de seguir em direção à Feira do Capuame. Vizinho à feira, na estrada de Bomfim da Mata, o solar e o latifúndio próximos ao Rio Jacuípe, propriedades dos Pimentel.

Duas estradas economicamente importantes convergiam para a Feira do Capuame: a *Real* que levava a Juazeiro, e um trecho que conduzia à Estrada das *Boiadas*. Sábado era o dia de maior movimento comercial. Vaqueiros, vendedores

e compradores de gado, apreciadores de cachaça e de histórias de valentia, barracas que vendiam gêneros alimentícios, refeições e divertimentos, emprestavam à Feira do Capuame uma paisagem humana especial nesse dia. Vendiam-se produtos agrícolas da região e, notadamente, animais procedentes das fazendas da freguesia de São José das Itapororocas.

A Feira do Capuame resistiu, inicialmente, ao deslocamento dos centros pastoris do Oeste de Salvador e continuou vendendo gado para essa capital. Mas a expansão da economia canavieira, no século XVIII, transformou as pastagens do Capuame em plantações de cana-de-açúcar possibilitando, assim, que novas feiras aparecessem no Recôncavo e no Sertão. Dentre essas, destacavam-se as feiras de Nazaré das Farinhas, de Conceição da Feira e de *Feira de Santana* especializadas em farinha de mandioca e em outros produtos agrícolas; vendia-se, também, gado a ponto de, no final do século XVIII, a feira de Nazaré das Farinhas responder pela maior parte do fornecimento do rebanho bovino consumido em Salvador.

Depois da substituição das pastagens pelos canaviais, a Feira do Capuame passou a chamar-se (meados do século XIX) *Feira Velha* (de Capuame). Em 9 de julho de 1928, a *Feira Velha* recebeu a denominação Dias d'Ávila, por decreto da Câmara, tendo como relator Pedro Calmon. Prestava-se, assim, homenagem a Francisco Dias d'Ávila I, sugerida pelo Arquivo Público e Museu do Estado, através do seu diretor Borges de Barros.

A Comissão de Constituição, considerando também que a mudança de denominação para - Dias de Ávila - da Feira Velha de Capuame, exprime justa e condigna homenagem a Francisco Dias de Ávila, criador pelo ano de 1614 desse mercado de gado, o primeiro que teve a Bahia; considerando que deva partir dos poderes públicos atos que tais, representativas do reconhecimento da posterioridade e da patriótica compreensão, que elas têm do passado heróico do Brasil; e considerando que a aludida providência é proposta pelo Diretor do Museu;

resolve recomendar ao voto dos Senhores Deputados o seguinte:

Projeto de lei

A Assembléia Geral decreta:

Art. I - Passará a denominar-se Dias de Ávila a localidade de Feira Velha de Capuame.

Art. II - Revogam-se as disposições em contrário. Câmara, 9 de julho de 1928.

Pedro Calmon, relator

Epaminondas Berbert.

A respectiva lei foi sancionada no mesmo ano.¹

2 SÃO JOSÉ DAS ITAPOROROCAS

O ano de 1615 marca a primeira ocupação de terras, nos campos da Cachoeira:

a concessão formal de quatro léguas quadradas de terra, na Serra das Itapororocas, pelo Governo Geral, a Miguel Ferreira Feio.

No final da guerra contra os holandeses (1654), criadores de gado começaram a ocupar terras no vale do Rio São Francisco (margem baiana) povoadas por índios que eram expulsos e dizimados pelos avanços da incipiente pecuária e seus proprietários. Na Bahia, destacavam-se Antônio Guedes de Brito e João Peixoto Viegas. O primeiro era dono de terras que se localizavam do Morro do Chapéu às águas do Rio das Velhas, num total de 150 léguas. A atual área do município de Feira de Santana situava-se na sesmaria de Tocós, doada a Antônio Guedes de Brito em 1609.

No lado pernambucano do São Francisco, Garcia d'Ávila, protegido de Tomé de Souza, possuía 250 léguas de testada e mais 70 léguas entre esse rio e o Parnaíba. João Peixoto Viegas (que recebeu concessões em 1619) e seus descendentes, dominavam amplas propriedades e se afirmaram como "desbravadores das bacias do Jacuípe e do Pojuca"². De João Lobo de Mesquita, Viegas comprou as terras de São José dos Campos das Itapororocas.

O conhecimento acerca da família Viegas é de extrema importância para a compreensão do processo de povoamento da região hoje denominada Feira de Santana. Há um artigo do Monsenhor Renato de Andrade Galvão, publicado em *Sitientibus* n.1, que traz esclarecimentos importantes sobre o assunto:

De 1619 a 1795, desde os irmãos João Peixoto Viegas e Felipe Peixoto, durante cento e cinquenta longos anos, a região de Feira de Santana foi povoada, colonizada, pontilhada de currais ou de engenhos de açúcar, sobretudo com a cultura e exportação de fumo pelos Viegas, que ocuparam sempre as melhores terras, mantiveram hegemonia sobre a terra e o meio em regime quase feudal.³

Tratava-se de imensas propriedades adquiridas graças ao prestígio do interessado junto ao Governo, além do que bastavam apenas meros requerimentos formais de sesmarias. A aquisição de terras e a ocupação pela pecuária custaram a expulsão e a vida de milhares de índios. Muitos criadores chegaram até a merecer honrarias pela eficiência na repressão contra os índios - a exemplo de José Peixoto Viegas.

SERVIÇOS DE JOÃO PEIXOTO VIEGAS À REPRESSÃO DOS BÁRBAROS DA CONFEDERAÇÃO DOS GUERENS

João Peixoto Viegas e seu irmão Felipe Peixoto obtiveram por provisão de 1619 uma grande sesmaria em Itapororocas e Jacuípe e muito auxiliaram a repressão dos bárbaros que conflagraram o centro da Bahia, não só combatendo como dando do seu bolso, grandes donativos.

(...)

Entre os que combateram os Tapuyas que se confederaram no centro da Bahia, devemos acrescentar Francisco Dias de Ávila, Agostinho Pereira, Guilherme Barbalho Bezerra Cavalcante e João Peixoto Viegas e Dias de Almeida, grandes fazendeiros no Apará e Itapororocas foram mui perseguidos pelos Tapuyas.⁴

O domínio opressivo sobre os índios passava de geração a geração numa mesma família. João Peixoto Viegas, o neto, recebeu alvará de *administrador* dos índios Palaiás que habitavam a margem esquerda do Rio Jacuípe.⁵

Os maiores e menores sucessos das Bandeiras, no sertão baiano e em outros locais, eram medidos pelas maiores e menores matanças na ação contra os índios, os quais os brancos chamavam de *bárbaros*.

À bandeira pouco frutuosa de Domingos Barbosa Calheiros em 1658, segue-se a mais feliz e tenaz de Estevam Ribeiro Bayão Parente, que pelejou contra os gentios do Sertão baiano desde 1671 a 1674.

Ora, nessa mesma época (Sinão mantém os cronistas amparados pela traição) já Domingos Affonso tentava povoar de fazendas de rebanhos bovinos a larga área meridional do Piauí. Empediam-lhe os passos os terríveis pimenteiras e acroás. Encarregou-se de ajudá-lo a exterminar esses silvícolas, de outro modo irredutíveis, o paulista Domingos Jorge Velho(...).⁶

Ao fim do século XVII, estava praticamente explorada e utilizada a zona de criação de gado; seus limites eram: Paraguassu, São Francisco, Serra dos Dois Irmãos e Piauí, Atlântico do Parnaíba até a Baía de Todos os Santos.

Nas imensas extensões de terra cabiam enormes fazendas, dentro das quais nasciam e, em inúmeros casos, vingavam, se desenvolviam, importantes povoações.

Na Bahia, São José dos Campos das Itapororocas era uma dessas povoações. Propriedade dos Viegas, São José das Itapororocas contava com terras reconhecidamente férteis para o cultivo do fumo e, por isso mesmo, privilegiadas por Ordem Régia para o exercício legal dessa cultura. Em 21 de agosto de 1756, oficiais da Câmara da Vila de Cachoeira denunciaram os inconvenientes "de se plantarem Tabacos geralmente em todo o terreno daquela Villa, sem exceção das terras próprias, e destinadas para as canas e farinhas".⁷

A denúncia era encaminhada a Dom José, Rei de Portugal e defendia o cumprimento da Lei de 27 de fevereiro de 1701 em que:

manda seja dos d. os moradores e donos de engenhos e lavradores de cana e obrigados a plantar quinhentas covas por excravo, sendo tal o excesso a que se tem chegado, que até nos engenhos, e terras de canas se estão plantando tabacos, cujos inconvenientes ficariam cessado, se V. Mag. se de fôsse servido mandar observar irrevogavelmente e sem a menor alteração as leis expedidas a este respeito, ordenando que só plantassem

Tabacos, nas mencionadas freguesias desta Villa São Pedro da Munitiba, São Gonçalo dos Campos, São Estevão de Jacoype, São José das Itapororocas e São João de Agoaíra, por serem estas terras as próprias e destinadas para a planta desse gênero(...).⁸

São José das Itapororocas ocupava mais de 20 léguas a Norte do Rio Jacuípe. Situava-se às margens da principal estrada por onde passava o gado em direção a Salvador e à Feira do Capuame. Também às margens dessa estrada e a 3 léguas ao Sul de São José das Itapororocas, localizava-se a fazenda Santana dos Olhos d'Água.

De São José para o Capuame ou Salvador e passando por essa fazenda, os caminhos eram pontilhados por lagoas, nascentes e olhos d'água, que abasteciam e matavam a sede do gado e dos vaqueiros.

Não havia preconceito gratuito (na verdade, nenhum preconceito é gratuito) dos criadores de gado, brancos, contra os índios. As margens dos rios e das lagoas eram procuradas, avidamente, pelos pecuaristas para a instalação de fazendas e currais. Da água dependia a vida do gado e dos homens. Os índios, antigos usuários dos rios e lagoas, e habitantes primeiros das terras banhadas por esses mananciais, eram incômodos, agressivos e ameaçadores dos interesses e da vida dos pecuaristas, que não hesitaram em expulsá-los e mesmo matá-los.

Os rios e lagoas tinham importância vital para os estabelecimentos pecuários. Em 1711, Antonil fez o seguinte registro sobre o Sertão da Bahia:

E porque as fazendas e os currais do gado se situam aonde há largueza de campo, e água sempre manente de rios ou lagoas, por isso os currais da parte da Bahia estão postos na borda do rio de São Francisco, na do rio das Velhas, na do rio das Rãs, na do rio Verde, na do rio Paramirim, na do rio Jacuípe, na do rio Ipojuca, na do rio Itapicuru, na do rio Real, na do rio Vaza-barris, na do rio Sergipe e de outros rios, em os quais por informação tomada de vários que correram este sertão, estão atualmente mais de quinhentos currais, e só na borda aquém do rio de São Francisco, cento e seis.⁹

Desde o século XVIII, a feira de gado de Feira de Santana passa a ocupar, ao lado de tantas outras, lugar de destaque na economia brasileira. Devido a sua importância, ela é citada por Roberto Cochrane Simonsen:

Grças à intensificação do comércio de gado e ao aumento das populações, a partir do século XVIII, foram surgindo várias feiras: *de Santana* (grifo nosso), Curralinho e Condeúba na Bahia; Itabaiana e Brejo d'Areia na Paraíba; Campos de Santana e São Cristóvão no Rio de Janeiro; Itapemirim-mirim, no Maranhão; Três Corações do Rio Verde, Benfica e Sítio, em Minas; Sorocaba, em São Paulo. Esta a mais importante feira de gado em fins do Brasil colonial(...)¹⁰

3 A FEIRA LIVRE DE FEIRA DE SANTANA

Propriedade do casal Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandoa, a Fazenda Santana dos Olhos d'Água localizava-se no interior de um amplo e privilegiado tabuleiro (entre o Recôncavo e o Sertão), umedecido por lagoas, rios (Pojuca, Jacuípe, Subaé), nascentes, olhos d'água e pastagens, bom clima... enfim, condições geográficas capazes de atrair e de sedentarizar homens, gado e sonhos, e de traçar novos rumos para a história da colonização sertaneja.

Ao contrário das lagoas que banhavam o sítio onde se localizava a fazenda, os espelhos d'água de São José das Itapororocas eram sazonais. Contando com lagoas mais permanentes, Feira de Santana (a atual sede) ultrapassou São José em desenvolvimento e crescimento urbanos. Em Feira de Santana (e em outras regiões) a geografia traçou rumos para a história. As lagoas permanentes e as minações (olhos d'água) de Feira de Santana atraíram, fixaram e ajudaram a desenvolver homens, gado e assentamentos populacionais.

Em 28 de setembro de 1732, através escritura, o casal cedeu uma quadra de cem braças de terra, dentro da fazenda, no local denominado Alto da Boa Vista, onde foi erigida uma capela em honra de Sant'Ana e de São Domingos. Em torno da capela, já rudimentares casebres e algumas senzalas compunham interessante cenário. Dele passaram a fazer parte tropeiros, compradores e vendedores de gado, de hortigranjeiros, frutas e outros produtos.

A expansão desse cenário humano e sócio-econômico possibilitou a instalação (ou a consolidação) de uma feira periódica, na primeira metade do século XVIII. Mas, somente no século XIX, a feira periódica (que batizou e deu renome à cidade de Feira de Santana) experimenta apogeu econômico.

Em 1º de março de 1819, os médicos e naturalistas alemães Johann Baptiste Von Spix e Carl Friedrich Von Martius visitaram Feira de Santana. Tinham partido de São Paulo em 1817 e seguiam, geralmente através de canoas e montados em burros, em direção à Amazônia onde chegaram em 1820.

Naquele março distante, Feira de Santana estava sofrendo mais um período de seca. Nesses períodos, a feira era suspensa, animais morriam, a lavoura tornava-se improdutiva, Feira de Santana era abandonada por muitos moradores, transformando-se numa 'cidade fantasma'. Não foi por outra razão que os alemães classificaram Feira de Santana de 'miserio povoado'. 'Os moradores deste misero povoado já nos mostravam o tipo perfeito do sertanejo'¹¹. A avaliação crítica dos alemães se deveu a dois fatos: de um lado, o dia 1º de março de 1819 era uma segunda-feira; naquela época, o dia mais movimentado da feira e do povoado era terça-feira. Em segundo lugar, Feira de Santana padecia dos horrores e do abandono de um inclemente período de seca.

O florescimento econômico da feira de Feira de Santana (século XIX) é contemporâneo da decadência da *Feira Velha* (ex-Capuame) e da substituição das pastagens pelos canaviais na região que ficou conhecida, a partir de 1928, como Dias

d'Ávila.

Até o Natal de 1854, o dia de maior movimento da feira era a terça-feira. O próprio dia escolhido para o enforcamento de Lucas da Feira, 25 de setembro de 1849, foi uma terça-feira; um dia que, por força da agitação e da concentração populacional criadas pela feira livre, garantiu o sucesso do caráter exemplar daquele enforcamento. Quanto mais pessoas presenciassem a punição de Lucas da Feira com a morte na forca, menos seriam os prováveis continuadores de sua carreira de roubos e assaltos.

Posteriormente, o grande dia da feira livre passou para o domingo. Por volta de 1860 mudou para a segunda-feira, tendo permanecido neste dia da semana até 10 de janeiro de 1977 - mais de um século, portanto - quando foi extinta por Decreto Municipal, na administração do prefeito José Falcão da Silva.

Alguns anos depois da mudança do dia maior para a segunda-feira, a terça passou a apresentar, contudo, um movimento especial de fregueses: era o dia dos "restos da feira"; escravos e outros segmentos da população mais pobres aproveitavam para catar, no lixo, produtos estragados ou comprá-los a preços mais baixos e acessíveis. Terça era também - apesar da efervescência da segunda-feira - o dia maior da comercialização da 'carne verde' (carne fresca). Os açougues experimentavam especial vai-e-vem de compradores e de fardos de carne.

Na maior parte do tempo, a segunda manteve-se como o dia maior da feira de Feira; não só do dia mais movimentado da feira, mas, por extensão, da vila (1833) e, depois, da cidade (1873) de Feira de Santana.

A feira e seus tantos negócios e tantos negociantes (parodiando o poeta Gregório de Matos e sua visão acerca da cidade de Salvador) desenharam e estimularam a nascente configuração da trama urbana de Feira de Santana. Casas comerciais (e residenciais), hospedarias, serviços, etc. procuravam responder a uma demanda crescente e diversificada, sedentária e flutuante, proveniente de regiões vizinhas e de outros estados nordestinos. Uma demanda ansiosa por negócios lucrativos e melhores condições de vida que, peça a peça, em diferentes cores, tipos, origens e sotaques, ajudaram a construir esse mosaico nordestino que é o município e a cidade de Feira de Santana.

A feira sacudia a comercial cidade de Feira de Santana e seus distritos e arredores, livrando-os por um dia que fosse, e como por encanto, da modorrenta rotina.

E a tarde vem com preguiça abrindo os braços longos
 todos sujos de sombras
 por cima da terra

(Eurico Alves, 1909/1974, poeta modernista feirense).

Mesmo após a extinção, (10 de janeiro de 1977), a segunda-feira prosseguiu e continua sendo - em Feira de Santana - o dia mais movimentado da semana. As ruas centrais, desde as primeiras às últimas horas desse dia, ganham, ainda hoje, agitação especial; a rua Marechal Deodoro fica mais inquieta: ambulantes que vendem de tudo e fregueses que vêm de toda a parte ficam excitados e se acotovelam, disputando espaço nos passeios cada vez mais estreitados por cestos, tabuleiros e barracas improvisadas; dezenas de kombis, caminhões, automóveis, utilitários em geral levam e trazem gente e mercadorias dos distritos e vizinhanças da cidade.

Já afirmamos que, em inícios do século XIX, a feira de Feira experimentava decisivo florescimento econômico, ao passo que a *Feira Velha* (Capuame) vivia a decadência e os efeitos contundentes da substituição das pastagens da região (denominada, depois, Dias d'Ávila) pelos canaviais. Décadas após décadas, no século XIX, a feira de Feira conferia importância crescente à cidade e circunvizinhanças. Mas não apenas à cidade e arredores. A elevação de povoado a vila (1833) contemplou Feira de Santana com o importante status de sede de um vasto município - tudo isso graças ao poderio econômico de sua feira-livre, a qual tinha a seu favor a localização geoeconômica entre o Sertão e o Recôncavo, com destaque para a proximidade com Salvador: 110 quilômetros.

Feira sediava um município constituído pela maior parte da área dos atuais municípios de Feira de Santana, Ipirá, Riachão do Jacuípe, Serrinha, Conceição do Coité, Coração de Maria e Irará. Por outro lado, toda a produção pastoril e agrícola passa por Feira de Santana antes de chegar a Salvador.

Ao se instalar em 18 de setembro de 1833, a Câmara de Vereadores reconheceu a importância da feira livre ao fazer-lhe incidir suas primeiras Posturas. As lagoas, nascentes, rios e o serviço de aguadeiros também foram alvos das primeiras decisões da Câmara.

Mas a Câmara não se limitava ao estabelecimento de Posturas. Cabiam-lhe também, a regulamentação, o licenciamento e a fiscalização da carne e do gado vendidos na vila de Feira de Santana. Em 1833, a Câmara normatizava que os condutores de gado e cavalos ao mercado feirense deveriam reuni-los e vendê-los, exclusivamente nos lugares que ela determinasse. Os infratores pagariam a multa de dois mil réis, na primeira vez, e o dobro nas reincidências.

As áreas delimitadas, pela Câmara, para o agrupamento e a venda dos animais não eram, inicialmente, fixas. Em 21 de julho de 1838, os vereadores formalizam um lugar conhecido como *Campo da Gameleira*, para a construção de um curral, tendo liberado 260 mil réis para as obras. O curral (que servia de matadouro) ocupava área de 22 metros quadrados. Localizava-se ao norte da vila em terreno devoluto da antiga Fazenda Gameleira.

Logo, o *Campo da Gameleira* ficou pequeno para a quantidade de animais. Não mais comportava o volume de negócios de gado numa cidade em franca expansão econômica. Mais a cidade se expandia, menores tornavam-se os espaços

destinados às crescentes e volumosas boiadas que disputavam solo com tabuleiros, barracas e pontos ambulantes dos vendedores. Pelo menos ao longo da última década do século XIX, cidade e autoridades continuaram a enfrentar esse problema.

Em 22 de janeiro de 1891, o jornal feirense *Gazeta do Povo* publica a seguinte notícia:

COM A INTENDÊNCIA

Não tem justificação a pouca importância que entre nós se dá por tudo aquilo que se estende ao bem público.

Um dos bons serviços que o conselho municipal poderia prestar a esta cidade era o de providenciar no sentido de coibir a aglomeração de animais nas praças e ruas, nos dias de feira.

Todos sabem que neste sentido há uma postura que proíbe terminantemente tão nocivo e prejudicial abuso; entretanto ella não passa de letra morta, porque aquelles que estão incubidos de fazer executal-a, não dão o devido apreço, nem tem em consideração os interesses do município que representam.¹²

Ao menos até final do século passado, a Imprensa continuava pressionando o Governo Municipal, no sentido de que definisse uma área para o gado, em dia de feira livre. Denunciava-se, por exemplo, o estacionamento de boiadas em logradouros como a Praça de Santana. A Imprensa e os comerciantes de gado, com interesse direto na solução do problema, pressionavam o Poder Municipal.

Em 31 de outubro de 1893, comerciantes de gado reivindicavam do Poder Municipal a construção de currais próprios para animais vivos. Assinaram o documento, dentre outros: Quintiliano Martins Júnior, Bernardino da Silva Bahia, Hermilo Dias de Carvalho, José Carlos de Almeida, Antônio Carlos Pedreira, Francisco Tavares da Silva Carneiro, Bernardino Alves Barreiros, Joaquim de Assis Freitas, Manoel Sena e João Anastácio Machado.

Com efeito, a população corria sérios riscos com a inexistência de um local fixo e seguro para o estacionamento de boiadas, em dia de feira. Não raras vezes animais se assustavam e, escapando do controle dos vaqueiros, atravessavam a feira machucando (e até matando) uns e causando sérios prejuízos a feirantes e tantos outros. Isso quando alguém não liberava, propositadamente, os animais, para que corressem e atropelassem feira a dentro e, então, agradar a quem se divertia com o pânico dos outros. Realmente, a feira concentrava expressivo contingente de pessoas que, aos gritos, enfureciam ainda mais o animal. Essa concentração chegou a preocupar políticos e técnicos, em 1878, quando se cogitava do assentamento dos trilhos em ruas e praças muito usadas em dias de feira.

Um interessante fenômeno atraía e concentrava atenções nos populosos dias de feira: a venda de remédios para aliviar dores de dente, reumatismo, etc., contra

a qual se posicionava o jornal *Correio de Noticias* (edição de 28 de janeiro de 1886):

Na segunda-feira passada dois apparecidos, arvorados em chimicos, armaram uma tribuna no campo do gado e em altas vozes apregoavam milagrosos remédios contra dores de dente, cortaduras, rheumatismos, enxaquecas e... uma infinidade de males que appoquentam esta triste humanidade.

O ajuntamento de povo ao redor dos miraculosos esculápios (com o pequeno) era extraordinário.

E como a Feira de Sant' Anna parece aos antigos tempos nem o sr. fiscal alli apresentou-se, nem autoridade alguma fez valer a lettra da lei, tanto da hygiene pública, quanto da municipalidade.

O sr. pharmaceutico Carlino Pinto, actualmente n'esta cidade, protestou altamente solenemente, contra a illicita vende d'aquella icognita panacéa e um grupo folgasão de distinctos e guapos estudantes de medicina que alli se achavam, acompanhou o protesto d'aquelle pharmaceutico, apimentando as suas justas asserções com ditos galhofeiros e espirituosos apartes.

O pharmaceutico Carlino Pinto dirigiu-se ao delegado que segundo conta-nos, não deu providência alguma.

O que é certo é que era divertido e simplesmente ridículo, apreciar-se aquella massa compacta, suarenta, empoeirada, ávida de novidades, reunida no campo, sob a acção de um sol abrasador, cercado os dois incomparáveis caras-duras, os quais depois de batidos vergonhosamente pela valente mocidade alli postada, principalmente a exhibir sortes e quejanças outras escamotagens em que são muito versados.

Por arte de pir-lim-pim-pim (a phrase é delles) e evocando o nome do demo, os tartufos faziam desaparecer moedas, etc., etc.

Foi uma verdadeira pandega para os estudantes e um solemnissimo debique ao povo a preleção dos taes bilantras.¹³

A Câmara se responsabilizava pela vigilância sanitária dos matadouros e dos *talhos* - cepos onde se cortava a carne; fiscalizava também o corte, a pesagem e a venda das peças de carne, cujos preços ela estabelecia depois de aprovados pela Assembléia Provincial.

Em 1828, somente as feiras de Conceição da Feira e Nazaré - com expressiva movimentação de produtos agrícolas - conseguiam superar a feira de Feira que, no entanto, era imbatível no comércio de gado.

Até setembro de 1838, a Câmara fixava os preços dos animais. Porém, a partir de outubro desse mesmo ano, a Câmara foi proibida de continuar exercendo esse controle, por força de Lei Provincial que deixava os preços a critério da livre negociação entre compradores e criadores. Estes últimos deveriam levar o gado à feira e discutir os preços. Mas entre a fazenda e a feira se interpunham os atravessadores que compravam os animais e os vendiam com lucros exorbitantes.

Ante a possibilidade de prejuízo com o retorno dos animais às fazendas, muitos criadores vendiam o gado aos atravessadores a preços irrisórios.

A ação dos atravessadores se fazia notar, destacadamente, nos períodos de seca. Pressionavam, com preços baixos, os criadores e estes, temendo que a seca trouxesse prejuízos maiores, vendiam os animais a qualquer preço. Diante dos abusos por parte dos atravessadores e dos prejuízos de criadores e consumidores, a Câmara baixou Posturas multando em 20 mil réis e penalizando com 8 dias de prisão quem tentasse impedir que o gado fosse levado à feira pelo criador. Em 1859, a multa chegava a 30 mil réis.

Além do gado, os atravessadores contratavam uma grande fatia do atacado de feijão, milho e farinha, sobretudo fixando-lhes os preços. A Câmara estabelecia Posturas, proibindo a compra e venda de gêneros alimentícios fora dos limites da feira. Ou, no atacado, nas manhãs dos dias de feira. Mas, para prejuízo dos consumidores, as Posturas nem sempre eram cumpridas.

Após 1833, a Câmara de Vereadores de Feira de Santana passou a regulamentar a feira e a venda dos animais. Os negócios de animais só poderiam acontecer no campo do gado. Mas o campo só foi oficializado em 1838.

A Câmara cabia, também, designar o responsável pela aferição dos pesos e das medidas - a exemplo do que ocorreu em 1874 quando foi implantado, em Feira de Santana, o sistema métrico francês.

Pouco antes de 1874 - quando o sistema métrico é implantado no Brasil - a feira de Feira (em meio às demais no Brasil) e o comércio em geral ainda utilizavam unidades de pesos e medidas vigentes no período colonial.

Café, farinha de trigo, algodão, açúcar, tocinho, cacau, 'carne verde' (carne fresca), etc. eram comprados/vendidos a *arroba*. Farinha de mandioca, arroz, feijão, sal, ao *alqueire*. Óleo, cachaça, vinagre e outros líquidos eram comercializados a *canadas*; chá e manteiga a *libra*. Usava-se o *celamim* (ou *selamim*), também chamado *litro*, além das medidas lineares *vara* e *côvado*.¹⁴ Todas essas medidas precederam àquelas do sistema métrico. Pode-se imaginar a confusão entre vendedores e compradores antes, durante e depois do estabelecimento do novo sistema.

No sistema métrico, cada arroba correspondia a 14,74 quilos. Alqueire a 36,27 litros. Canadas a 4,18 litros. A libra ou arrátel (libra de comércio) a 0,46080 quilos e a libra da botica (ou seja, farmácia) a 0,34560 quilos. O celamim equivalia a 1,14 litros, a vara a 1,10 metros e o côvado a 0,66 metros.¹⁵

Não é exagero pensar que, em diversas localidades do interior, e mesmo em feiras livres de capitais e cidades grandes, muitas das medidas e pesos do Brasil Colônia ainda são utilizados. Vendem-se feijão, arroz e camarão a quilo, mas também a litro. Sem falar na arroba.

A lei de 28 de junho de 1862 determinou que o Brasil começasse a adotar o sistema métrico (dez anos depois) a partir de 1º de janeiro de 1872; mas, em 18 de setembro desse mesmo ano, um decreto estabeleceu a instituição legal do sistema métrico, a partir de 1º de janeiro de 1874.¹⁶

A implantação do novo sistema de pesos e medidas não poderia ser praticada da noite para o dia. Afinal, havia alguns séculos de vigência da arroba, vara, côvados, etc. Mesmo após os dois anos de prazo para a efetiva adoção do sistema métrico (1872/1874), ainda assim ocorreram rebeliões populares contra essa adoção (e, também, contra os novos impostos imperiais). Essas rebeliões, que aconteceram nas então províncias da Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte, ficaram conhecidas pelo nome de *Quebra-Quilos*.

4 E ASSIM SE PASSARAM QUINZE ANOS

Em 10 de janeiro de 1992, a feira livre de Feira de Santana completou 15 anos de extinção. Foi extinta, por Decreto, em 10 de janeiro de 1977, sob a administração do prefeito José Falcão da Silva.

O PROJETO MEMÓRIA DA FEIRA LIVRE DE FEIRA DE SANTANA montou exposição de fotos antigas (da feira e da cidade), depoimentos de feirantes e fregueses, cordel, noticiário da imprensa na época da extinção.

A exposição, de 13 a 17 de janeiro de 1992, contou com o apoio de funcionários da Biblioteca Central, da Assessoria de Comunicação, Centro de Processamento de Dados e do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana. Alunos, professores e funcionários da Universidade, jornalistas e pessoas da comunidade feirense visitaram a exposição, no saguão da Biblioteca Central; a mostra foi divulgada pelo jornal feirense *Feira Hoje*, através da coluna *Demais*, de Dimas de Oliveira, e de um artigo de minha autoria ('E assim se passaram quinze anos') na seção cultural *Letras e Tretas*, coordenada pelo Professor Rubem Pereira - respectivamente nas edições de 10 e 12 de janeiro de 1992.

Eis a íntegra do artigo:

E assim se passaram quinze anos... Se a extinção da feira livre não foi, claramente, o primeiro ataque à memória e identidade feirenses, pelo menos há fortes indícios de que o Decreto Municipal exterminador do passado deu novo ânimo aos ataques contra prédios antigos, documentos históricos, coretos, abrigos, templos... O que extermina o passado também extermina o futuro.

A feira livre, mãe da cidade, há muito tempo vinha sofrendo as pressões de comerciantes estabelecidos, proprietários de automóveis e de mentalidades provincianas que conseguiam enxergar o *novo* dentro do processo de industrialização; o *novo*/o progresso - ou melhor, a visão equivocada de progresso - justificaria o sacrifício do *velho*, do passado. Feira de Santana experimenta seu processo de industrialização, a partir da década de 70, com a instalação do Centro Industrial do Subaé (CIS). O pensamento torto, então vigente, destilava a incompatibilidade entre

a 'nova' Feira de Santana (nova porque se industrializava) e a velha feira livre - na verdade um discurso/cortina de fumaça para tentar cobrir interesses, e interesses de minorias.

Embasbacados com o milagreirismo da industrialização, numa época em que o Brasil esperava o *milagre econômico* e, desse modo, a panacéia para seus velhos/novos males, a babaquice provinciana do desprezo pela memória e pelo passado não permite sequer nascer erva onde pisa. São várias as cidades nordestinas que, inteligentemente, mantêm suas feiras livres... não estão, por isso andando para trás, ao contrário estão favorecendo os interesses do povo e do turismo. E o turismo, parece que poucos sabem, enche de dinheiro (e não de promessas) os cofres municipais.

A velha feira de Feira tinha problemas - e não eram poucos- falta de higiene, de organização, insegurança, carência de policiamento, péssimo aproveitamento do solo e dos equipamentos urbanos e muitos outros que caberia ao Poder Municipal (e não aos feirantes, claro) resolver; a feira, diferentemente de um supermercado, ocupava um espaço público, e não privado.

Mas, em vez de matar o carrapato e deixar vivo o boi, matou-se o carrapato e o boi. Não foram satisfeitos os interesses do povo nem do turismo.

NOTAS

¹ ANAIS do Arquivo Público da Bahia. Salvador, v.24, p.45.

² GALVÃO, Renato de Andrade (Mons.). Os povoadores da região de Feira de Santana. *Sitientibus*: revista da Universidade Estadual de Feira de Santana, Ano 1, n.1, p.26, jul./dez. 1992.

³ GALVÃO, op. cit., p.28.

⁴ ANAIS do Arquivo Público e do Museu do Estado da Bahia. Salvador, Ano 4, v.617, p.24.

⁵ GALVÃO, op. cit., p.27.

⁶ Ver nota n.4.

⁷ ANAIS do Arquivo Público e do Museu do Estado da Bahia, Ano 8, v.12, p.47-48.

⁸ Ver nota n.7.

⁹ ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil...* 2.ed. São Paulo: Nacional; 1976. p.199.

¹⁰ SIMONSEN, Roberto Cochrane. *História Econômica do Brasil*. 7.ed. São Paulo: Nacional, 1977. p.178.

¹¹ SPIX, Johann Baptiste (von), MARTIUS, Carl Friedrich (von). *Viagem pelo Brasil: 1817-1820 /Reise in Brasilien/ Tradução por Lucia F. Lahmeyer*. São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1981. v.2, p.203.

¹² GAZETA do Povo. Feira de Santana, 22 de janeiro de 1891.

¹³ CORREIO de Notícias. Feira de Santana, 28 de janeiro de 1886.

¹⁴ MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Trad. por Yedda de Macedo Soares. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p.503.

¹⁵ SIMONSEN, op. cit., p.462.

¹⁶ Ver nota n.15.